



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Avenida Nilo Peçanha, nº 620 - Bairro Petrópolis

Natal-RN, CEP 59012-300

- <https://huol-ufrn.hubrasil.gov.br>

RCC 3.0 - Termo de Comodato

Processo nº 23526.031849/2025-68

TERMO DE COMODATO

**TERMO DE COMODATO Nº XXXXXXXXXXXXX,
CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA
DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXX**

COMODATÁRIA: A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, Hospital Universitário XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XX, CEP: XXXXX-XXX, neste ato representada pelo seu Superintendente, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, matrícula funcional nº XXXXXXXX, nomeado por meio da Portaria nº XX de XXXXXXXX de 20XX, publicada no Boletim de Serviço nº XX de XXXXXXXX de 20XX e por seu Gerente Administrativo, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, matrícula funcional nº XXXXXXXX, nomeado por meio da Portaria nº XX de XXXXXXXX de 20XX, publicada no Boletim de Serviço nº XX de XXXXXXXX de 20XX, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração.

COMODANTE: : XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, endereço eletrônico: XXXXXXXXXXX@XXXXXXXXXXXX, *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos;*

Conforme **Processo Administrativo** n.º 23526.031849/2025-68, de acordo com o **Pregão Eletrônico SRP** n.º 90037/2026, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a COMODATÁRIA e a COMODANTE celebram o presente Termo de Comodato, nos termos da **Lei n.º 13.303**, de 30 de junho de 2016, do **Decreto n.º 8.945**, de 27 de dezembro de 2016, do **Regulamento de Compras e Contratos**, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, da Lei n.º 8.248, de 22 de outubro de 1991, do **Decreto n.º 7.174**, de 12 de maio de 2010, da **Instrução Normativa SGD/ME n.º 94**, de 23 de dezembro de 2022, dos artigos 579 a 585 da **Lei n.º 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, de forma subsidiária, do **Decreto n.º 11.462**, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a disponibilização, para o(s) item(ns) n.º **ITENS 57, 58, 59, 60, 61, 62 que fazem parte do GRUPO 02, e para os ITENS 83 e 84 que fazem parte do GRUPO 03**, do Termo de Referência, do(s) seguinte(s) bem(ns) em regime de comodato, conforme as exigências descritas no Termo de Referência:

1.1.1.

Grupo 1- Equipamento Bomba de Infusão

GRUPO	EQUIPAMENTO BOMBA DE INFUSÃO	QUANTIDADE (HUOL)
02	<p>BOMBA DE INFUSÃO PARENTERAL</p> <p>Equipamento destinado ao controle de infusão contínua de medicamentos, soro, nutrição parenteral, entre outras soluções, através de mecanismo peristáltico linear em pacientes adulto, pediátrico e neonatal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal com programações distintas para cada uso específico; • Funcionamento com equipo específico, descartável, cuja compatibilidade seja comprovada através do manual do equipamento; • Ser microprocessada com painel de controle por meio de teclas e display alfanumérico ou display luminoso; • Sistema de bombeamento através de sistema de peristaltismo linear (dedilhamento); • Possuir taxa de infusão de fluxo programável e ajustável; • Biblioteca de medicamentos com possibilidade de identificação do tipo de infusão; • Possuir histórico de infusões com data e hora; • Indicar volume total a infundir; • Possuir programações distintas para uso adulto, pediátrico e neonatal; • Display que permita visualizar o volume infundido, taxa de infusão, infusão em andamento e bomba conectada em rede elétrica (o display deve permitir a visualização das informações em diferentes ângulos e alturas); • Permitir, no mínimo, a leitura dos parâmetros de tempo (hora, minuto e segundo), volume (mililitros) e fluxo (mililitro por hora); • Volume limite total a ser infundido regulável de, no mínimo, 1 a 9.999 ml; • Taxa de infusão ajustável de, no mínimo, 1 a 999ml/hora; • Recurso de titulação (alteração do fluxo por incremento/decremento sem interrupção da infusão); • Possuir Função BOLUS; • Função kvo (keep vein open = manutenção de veia aberta) com taxa de 1 ml/hora ou ajustável; 	300

- Função de bloqueio do teclado;
- Equipamento deve possuir alarmes sonoros e indicativos visuais mínimos para: detecção de ar na linha, função kvo, bateria fraca, oclusão, e término da infusão;
- Possuir os seguintes avisos: ligado à rede elétrica e funcionamento à bateria;
- Dispositivo de segurança para impedir a vazão livre de solução no equipo durante desconexão do mesmo;
- Desvio máximo da taxa de infusão e do volume infundido de +/- 5% dos valores programados;
- Tensão de alimentação elétrica 127/220V ou bivolt automático; frequência 60Hz;
- Equipamento com proteção contra penetração de líquidos, sendo grau de proteção nível IP22 ou superior;
- Deve permitir o empilhamento de no mínimo 3 bombas;
- Os equipamentos devem ter a capacidade de serem conectados em série, permitindo que no mínimo três bombas sejam alimentadas eletricamente a partir de uma única tomada do leito, ou possuir acessório que o faça.
- Possuir bateria interna de lítio recarregável com autonomia mínima de 3 horas de uso;
- Deve possuir sistema de fixação em suporte de soro bem como pés de apoio para instalação em bancadas;
- Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento do equipamento na configuração solicitada;
- Possuir registro no Ministério da Saúde.

BOMBA DE INFUSÃO ENTERAL

Equipamento destinado ao controle de infusão de líquidos enterais para utilização clínica em pacientes adulto, pediátrico e neonatal.

- Funcionamento com equipo específico, descartável, cuja compatibilidade seja comprovada através do manual do equipamento;
- Ser microprocessada com painel de controle por meio de teclas e display alfanumérico ou display luminoso;
- Sistema de bombeamento através de sistema de peristaltismo linear (dedilhamento);
- Possuir taxa de infusão de fluxo programável e ajustável;
- Indicar volume total a infundir;

	<ul style="list-style-type: none"> • Display que permita visualizar o volume infundido, taxa de infusão, infusão em andamento e bomba conectada em rede elétrica (o display deve permitir a visualização das informações em diferentes ângulos e alturas); • Permitir, no mínimo, a leitura dos parâmetros de tempo (hora, minuto e segundo), volume (mililitros) e fluxo (mililitro por hora); • Volume limite total a ser infundido regulável de, no mínimo, 1 a 5.000 ml; • Taxa de infusão ajustável de, no mínimo, 1 a 600 ml/hora; • Recurso de titulação (alteração do fluxo por incremento/decremento sem interrupção da infusão); • Função de bloqueio do teclado; • Equipamento deve possuir alarmes sonoros e indicativos visuais mínimos para: bateria fraca, oclusão, e término da infusão; • Possuir os seguintes avisos: ligado à rede elétrica e funcionamento à bateria; • Tensão de alimentação elétrica 127/220V ou bivolt automático; frequência 60Hz; • Equipamento com proteção contra penetração de líquidos, sendo grau de proteção nível IP22 ou superior; • Possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de 3 horas; • Deve possuir sistema de fixação em suporte de soro bem como pés de apoio para instalação em bancadas; • Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento do equipamento; • Possuir registro no Ministério da Saúde. 	
--	--	--

1.1.2. **ITENS 83 e 84 que fazem parte do GRUPO 03 - Bomba de Seringa Perfusora e Bomba para Infusão de Medicamentos por Seringa com Sistema Alvo Controlado - Anestesia**

GRUPO	BOMBA DE SERINGA PERFUSORA	QUANTIDADE (HUOL)
03	<p>BOMBA PARA INFUSÃO DE MEDICAMENTOS POR SERINGA</p> <p>Equipamento para infusão de drogas ou medicamentos, por via parenteral que requerem alta precisão, segurança e confiabilidade no procedimento. Uso tanto em pacientes adultos como, principalmente em pacientes neonatos e pediátricos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá detectar automaticamente o tipo de seringa 	42

	<p>instalada e mostrá-la em display;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir display para apresentação de dados e mensagens funcionais do equipamento; • Deve possuir sistema de fixação em suporte de soro bem como pés de apoio para instalação em bancadas; • Compatível, no mínimo, com seringas de tamanhos de 10, 20, 30, e 50 ml; • Permitir o ajuste do fluxo de infusão na faixa, mínima, de 0,1 a 99 ml/h com incremento de 0,1ml/h; • Ajuste de volume de infusão a partir de 1 ml com resolução de 0.1 ml; • Bolus e KVO programável; • Possuir os seguintes modos mínimos de programação: Programação de volume e vazão, com tempo como variável resultante; programação de volume e tempo, com vazão como variável resultante; programação de peso do paciente, concentração de medicamento e dose, com vazão como variável resultante; • Permitir funcionamento sem necessidade de equipo, com fixação direta da seringa na bomba; • Tensão de alimentação elétrica 127/220V ou bivolt automático; frequência 60Hz; • Possuir bateria interna com autonomia mínima de 2 horas, com carregamento no próprio equipamento; • Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento do equipamento; • As bombas devem ter, no máximo, 3 anos de uso; • Possuir registro no Ministério da Saúde. 	
	<p>BOMBA PARA INFUSÃO DE MEDICAMENTOS POR SERINGA COM SISTEMA ALVO CONTROLADO - ANESTESIA</p> <p>Equipamento para infusão de drogas ou medicamentos, por via parenteral que requerem alta precisão, segurança e confiabilidade no procedimento. Uso tanto em pacientes adultos como, principalmente em pacientes neonatos e pediátricos. Capaz de ser utilizada em procedimentos de anestesia venosa por método alvo controle (TCI) e anestesia intravenosa total (TIVA) em pacientes adultos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá detectar automaticamente o tipo de seringa instalada e mostrá-la em display; • Possuir display para apresentação de dados e mensagens funcionais do equipamento; 	08

	<ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir sistema de fixação em suporte de soro bem como pés de apoio para instalação em bancadas; • Compatível, no mínimo, com seringas de tamanhos de 10, 20, 30, e 50 ml; • Permitir o ajuste do fluxo de infusão na faixa, mínima, de 0,1 a 99 ml/h com incremento de 0,1ml/h; • Ajuste de volume de infusão a partir de 1 ml com resolução de 0.1 ml; • Bolus e KVO programável; • Possuir os seguintes modos mínimos de programação: Programação de volume e vazão, com tempo como variável resultante; programação de volume e tempo, com vazão como variável resultante; programação de peso do paciente, concentração de medicamento e dose, com vazão como variável resultante; • Possuir biblioteca de drogas do equipamento, com no mínimo as seguintes drogas pré configuradas: Propofol, Remifentanil, Sufentanil e Afentanil; • Modos de programação: infusão contínua, Modo TIVA anestesia intravenosa total, Modo TCI - plasma alvo ou alvo efeito; • Modos de infusão: taxa de infusão, taxa de dose, volume-dose/tempo, volume; • Deverá permitir a alteração do fluxo de infusão sem interrupção do procedimento; • Deverá permitir a visualização do nome da droga que está sendo infundida; • Deverá permitir a visualização do andamento da infusão e do volume infundido; • Tensão de alimentação elétrica 127/220V ou bivolt automático; frequência 60Hz; • Possuir bateria interna com autonomia mínima de 2 horas, com carregamento no próprio equipamento; • Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento do equipamento; • As bombas devem ter, no máximo, 3 anos de uso; • Possuir registro no Ministério da Saúde. 	
--	---	--

1.2. Vinculam este Termo de Comodato, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Termo de Referência;

1.2.2. o instrumento convocatório;

1.2.3. a Ata de Registro de Preços;

- 1.2.4. o Contrato;
- 1.2.5. a proposta da COMODANTE;
- 1.2.6. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO(S) BEM(NS)**

2.1. O valor do(s) bem(ns) expresso em moeda nacional, conforme nota(s) fiscal(is) n.º **XX, XX e XX**, apresentada(s) pela COMODANTE e emitida em **XX/XX/XXXX**, é de:

2.1.1. **(XXXXXXXX) XX**
reais;

2.2. O valor identificado acima não estabelece qualquer vínculo financeiro entre as partes, servindo apenas para identificar o valor do(s) bem(ns) em caso de sinistro.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Comodato é de **XXXXXX**, com início na data de **XX/XX/XXXX** e encerramento em **XX/XX/XXXX**, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

4. **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA COMODANTE**

4.1. São obrigações da COMODANTE:

4.1.1. o prazo de entrega dos equipamentos é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da emissão da primeira nota de empenho, juntamente com a primeira remessa do respectivo insumo, sendo vedada a disponibilização do insumo sem o(s) devido(s) equipamento(s).

4.1.2. no caso de o(s) equipamentos e/ou instrumentais enviado(s) não observar(em) as especificações indicadas neste Contrato, a COMODANTE terá o prazo de prazo de 15 (quinze) dias corridos para a substituição, sob pena de aplicação das sanções descritas no Termo de Referência;

4.1.3. providenciar a disponibilização de Nota Fiscal de Remessa em Comodato, contendo o quantitativo, descritivo do(s) bem(ns) comodatado(s), número de série e demais informações que facilitem o controle;

4.1.4. entregar o(s) equipamentos e/ou instrumentais em perfeitas perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisados, calibrados e com certificações técnicas vigentes OU Os equipamentos e/ou instrumentais deverão ser novos, para primeira utilização, estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisados, calibrados e com certificações técnicas vigentes.

4.1.5. fornecer todos os manuais técnicos, instruções de operação, especificações técnicas e documentação necessária ao uso adequado do(s) equipamentos e/ou instrumentais em língua portuguesa;

4.1.6. garantir que o(s) equipamentos e/ou instrumentais atende(m) às normas técnicas aplicáveis, especificações contratuais e regulamentações sanitárias/ambientais pertinentes;

4.1.7. identificar o(s) equipamentos e/ou instrumentais com o nome e número de patrimônio da empresa, se existente.

4.1.8. substituir o contingente presente na COMODATÁRIA mediante operação "casada" entre a atual fornecedora e a futura fornecedora, evitando danos à assistência do paciente;

4.1.9. prestar assistência técnica especializada durante todo o período do comodato, incluindo treinamento inicial dos servidores que operarão o(s) equipamentos e/ou instrumentais;

4.1.9.1. Os treinamentos deverão ser realizados em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar profissionais envolvidos na utilização dos equipamentos e/ou instrumentais, cobrindo os turnos de trabalho e unidades assistenciais.

4.1.9.2. A Ebserh poderá prever a execução do treinamento dos usuários em tempo oportuno e antecipado em relação à efetiva entrada dos equipamentos e/ou instrumentais em uso na rotina assistencial, com vistas a assegurar a capacitação dos usuários e a mitigar riscos para os pacientes.

4.1.9.3. O treinamento técnico consistirá de uma parte teórica, com detalhamento técnico dos equipamentos e/ou instrumentais, e uma parte prática, a ser efetuada no próprio equipamento e/ou instrumental, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

4.1.9.4. Anualmente, caso demandado pela Ebserh, deverá ser realizado treinamento de reciclagem na operação dos equipamentos e/ou instrumentais nos três turnos de trabalho, caso necessário.

4.1.10. realizar manutenções preventivas e corretivas do(s) equipamentos e/ou instrumentais de forma a conservá-lo(s) em perfeito estado de funcionamento, conforme cronograma técnico estabelecido/orientações do fabricante, sem ônus para a COMODATÁRIA;

4.1.10.1. As manutenções corretivas serão solicitadas mediante a abertura de chamados por correio eletrônico e/ou telefone.

4.1.10.2. a manutenção corretiva imprescindível para o restabelecimento do funcionamento do(s) equipamentos e/ou instrumentais comodatado deverá ser realizada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da comunicação formal da falha pela COMODATÁRIA à COMODANTE;

4.1.10.3. caso o prazo descrito no subitem anterior seja ultrapassado, a COMODANTE se compromete a fornecer outro(s) equipamentos e/ou instrumentais de mesma qualidade e especificações técnicas, em substituição ao(s) equipamentos e/ou instrumentais originalmente entregue(s), até que o reparo seja concluído, assegurando a continuidade do uso pela COMODATÁRIA, sem qualquer custo adicional.

4.1.11. responder por todos os custos relacionados à troca de peças no(s) equipamentos e/ou instrumentais, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica;

4.1.12. realizar a retirada do(s) equipamentos e/ou instrumentais cedido(s) em comodato no prazo de 30 (trinta) dias após ser notificada pela COMODATÁRIA;

4.1.13. responsabilizar-se por todas as despesas referentes a impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, inclusive o custo comercial, inerentes ao objeto do comodato;

4.1.14. caso a COMODANTE constatare mau uso pela COMODATÁRIA, a COMODANTE deverá fornecer Laudo Técnico anexando fotos e/ou outros documentos que comprovem o ocorrido, devendo arcar com as despesas financeiras decorrentes de tal procedimento;

4.1.15. A contratada deverá ainda:

I - manter estoque mínimo de peças de reposição e insumos para atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas;

II - disponibilizar canal de atendimento técnico 24 (vinte e quatro) horas para suporte e emergências.

5. **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA**

5.1. São obrigações da COMODATÁRIA:

- 5.1.1. utilizar o(s) equipamentos e/ou instrumentais exclusivamente para as finalidades públicas especificadas no contrato;
- 5.1.2. designar servidores capacitados e devidamente treinados para operação do(s) equipamentos e/ou instrumentais;
- 5.1.3. disponibilizar local adequado e seguro para instalação do(s) equipamentos e/ou instrumentais, com infraestrutura necessária (energia, água, climatização, etc.);
- 5.1.4. zelar pela guarda e conservação do(s) equipamentos e/ou instrumentais, aplicando as normas de uso estabelecidas pela COMODANTE;
- 5.1.5. permitir o acesso dos técnicos da COMODANTE para realização de manutenções, mediante agendamento prévio;
- 5.1.6. comunicar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito, avaria, furto, roubo ou sinistro envolvendo o(s) equipamentos e/ou instrumentais;
- 5.1.7. utilizar exclusivamente os insumos fornecidos pela COMODANTE, vedada a aquisição ou uso de produtos de terceiros no(s) equipamentos e/ou instrumentais;
- 5.1.8. restituir o(s) equipamentos e/ou instrumentais nas mesmas condições em que foram recebidos, considerado o desgaste natural pelo uso adequado;
- 5.1.9. observar todas as normas de segurança, higiene e ambientais aplicáveis ao uso do(s) equipamentos e/ou instrumentais;
- 5.1.10. não transferir, emprestar ou ceder o uso do(s) equipamentos e/ou instrumentais a terceiros, ainda que outros órgãos públicos;

6. **CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1. As sanções estão definidas no Termo de Referência.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO TERMO DE COMODATO**

7.1. O Termo de Comodato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado, ou quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem a devida prorrogação.

7.2. A rescisão do Termo de Comodato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

7.2.1. por ato unilateral formalizado pela COMODATÁRIA, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à COMODANTE com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

7.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a COMODATÁRIA;

7.2.2.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

7.2.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

7.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

7.3. A extinção do Termo de Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços não acarreta automaticamente a extinção do Termo de Comodato, que tem prazo de vigência próprio.

7.4. A extinção do Termo de Comodato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

7.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.4.2. indenizações e multas.

7.5. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

8. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações do Termo de Comodato serão regidas pela disciplina do art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

8.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Comodato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

9. CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO

9.1. A COMODATÁRIA providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal, em Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato que não possam ser compostos pela conciliação.

Local e data

<div>_____ COMODATÁRIA <i>Superintendente</i></div> <div>_____ COMODATÁRIA <i>Gerente - Ebserh</i></div>	<div>_____ COMODANTE <i>Cargo / Representante Legal</i></div>
--	---



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Felipe da Silva, Assistente Administrativo**, em 24/04/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60171537** e o código CRC **B6E1D8FA**.

Referência: Processo nº 23526.031849/2025-68 SEI nº 60171537

Criado por [angelica.felipe](#), versão 5 por [angelica.felipe](#) em 24/04/2026 08:44:30.